

UM REINO EM ARQUIPÉLAGO: REFLEXÕES SOBRE A ORGANIZAÇÃO GEOPOLÍTICA DE ANGOLA NO SÉCULO XIX

Carolina Perpétuo Corrêa*

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de, por intermédio de relatos de viajantes, cronistas e funcionários administrativos no século XIX, refletir sobre a organização geopolítica de Angola. Após breve parêntese metodológico, discutimos o caráter da presença portuguesa na região que considerava ser o “Reino de Angola” e as suas relações com as chefias políticas autóctones. Defendemos a hipótese que esse estado tinha o caráter de um arquipélago, formado por ilhas de poder e soberania portuguesa, ainda que débil, em meio a um mar de sobados e estados autônomos. Tratamos das relações de chefias autóctones, os sobas, com a administração portuguesa por meio da instituição da “vassalidade”, defendendo que esses líderes políticos detinham grande parcela de poder e autonomia. Acreditamos que autores dos relatos utilizados como fontes no estudo acabavam por revelar, nas entrelinhas, o poder e a das chefias autóctones, mesmo quando explicitamente afirmavam a efetividade da dominação portuguesa.

Palavras-chaves: Angola; século XIX; História da África; relatos de viagem.

ABSTRACT

This paper accesses the geopolitical organization of Angola through the writings of travelers, chroniclers and administrative officials in the XIXth Century. After a brief methodological parenthesis, we discuss the character of the Portuguese presence in the region and its relations with local political leaders. We defend the hypothesis that the “Kingdom of Angola” had the character of an archipelago, formed by islands of Portuguese power and sovereignty, albeit weak, amid a sea of *sobados* and autonomous states. We deal with the relations of African chiefs, the *sobas*, with the Portuguese administration through the institution of “vassalage”, arguing that these political leaders held a great deal of power and autonomy. We believe that authors of the reports used as sources in the study end up revealing, between

* Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2019). Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (2005), graduação em História (2002) e em Direito (2011), ambas pela Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: carolperpetuocorrea@gmail.com

the lines, the power of the African leaders, even when they explicitly affirm the effectiveness of Portuguese domination.

Keywords: Angola; XIXth Century; African History; travel literature.

Este artigo tem o objetivo de, por intermédio de relatos de viajantes, cronistas e funcionários administrativos no século XIX, refletir sobre a organização geopolítica de Angola. Trabalhamos com a hipótese de que o Reino de Angola luso-africano era um estado¹ entre os vários existentes na África Centro-Occidental, mas que longe de ter a estrutura de um estado-nação moderno, com território claramente definido, tinha natureza de arquipélago, tanto em termos políticos quanto geográficos. Era formado por um conjunto de ilhas de poder e soberania portuguesa, em meio a um mar de sobados avassalados, independentes e rebeldes, e de outros estados, alguns bem poderosos, como Matamba e Cassanje. Acreditamos que, na primeira metade do oitocentos, não se possa falar

¹ Optamos por utilizar “reino” e “estado” para designar as unidades políticas organizadas e submetidas ao poder de um soberano na África Centro-Occidental. Eram essas as designações empregadas na documentação administrativa produzida pelos portugueses nos séculos XVIII e XIX, mas também por viajantes, cronistas e historiadores da época. Em Bluteau, “reino” é definido como “húa, ou mais Provincias sugeytas a hum Rey. Estados que obedecem a hum Rey” (BLUTEAU, 1728). Silva Pinto define o termo de modo semelhante: “O Estado governado por hum rei”. “Estado” era, portanto, sinônimo de “reino” (PINTO, 1832). Em Bluteau, procurando o verbete “estado”, encontra-se: “Reino. Império. As terras do senhorio, ou domínio de algum Príncipe” (BLUTEAU, 1728). E em Silva Pinto: “As terras de algum Soberano, ou senhor” (PINTO, 1832). Mesmo nos dicionários de nossos dias, o termo “Estado” pode ter essa acepção. O dicionário Houaiss, por exemplo, traz entre os significados de “Estado”: “país soberano, com estrutura própria e politicamente organizado” (HOUAISS, 2001). Para deixar explícito que, ao utilizar “estado” não estamos pressupondo a existência dos elementos constitutivos do Estado moderno, como território definido, empregaremos sempre a inicial minúscula.

De acordo com Mariana Cândido, o Reino de Angola seria uma instituição política e jurídica criada pelo Decreto Real de 1571 que ordenava que Paulo Dias de Novais procurasse submeter o *Ngola* (CÂNDIDO, 2014: 226). Birmingham também interpreta o decreto de 1571 como um divisor de águas na política portuguesa voltada para a África Centro-Occidental, a partir do qual a conquista militar do território passara a ser um objetivo claramente perseguido (BIRMINGHAM, 1965 e 1966).

Concordamos com a utilização da expressão “sítios de poder”, tal qual empregada por Maria Emília Madeira Santos, mas acreditamos que os termos “reino” e “estado”, por serem mais correntes, tornarão a leitura mais fluida, além de refletirem a linguagem empregada nas fontes (SANTOS, 2003).

Por fim, embora já superado, vale a pena tomar conhecimento do debate a respeito da preponderância dos fatores endógenos ou exógenos na formação dos estados da África Centro Occidental, que tem origem com MILLER, 1995 (a obra foi originalmente publicada em inglês em 1976), que posteriormente teve sua tese refutada por VANSINA, 1998. Ver também ROBERTS, 1977.

em colonização e que, embora a administração lusa sediada em Luanda e suas ramificações nos distritos e presídios tivesse influência na região, a elite política autóctone, nas figuras de sobas e macotas, conservava grande parcela de autonomia e poder.

A utilização dos termos “reino” e “estado”, portanto, não deve iludir quanto à densidade e à extensão da ocupação do espaço pelos portugueses ou ao domínio que efetivamente exerciam. Miller nos lembra de que “entre o baixo Dande e o Cuanza estendia-se uma área que os ministros na distante Lisboa consideravam como uma colônia portuguesa, ou um *Reino* conquistado, ou uma *conquista*, de acordo com a terminologia da época” (MILLER, 1988: 34). Na realidade, Lisboa exercia uma influência frouxa em regiões específicas. Na parcela do território sobre a qual os portugueses tinham algum controle, uma elite militar independente (*independent-minded military gentry*) afro-europeia dominava algumas centenas de sobas. Os europeus e euro-africanos empregavam mercenários africanos (*kilambas*) oriundos de outras regiões para manter a autoridade portuguesa na conquista (MILLER, 1988: 34). Fora dessas fronteiras, viviam outros povos falantes do quimbundo, liderados por chefes autônomos.

Para Cândido, o Reino de Angola era um espaço imaginado no Império Ultramarino Português, que não refletia a estrutura das entidades políticas da África Centro-Occidental (CÂNDIDO, 2014: 226). Para as autoridades lusitanas, o Reino de Angola estava submetido ao Rei de Portugal e era descrito na documentação administrativa desde o século XVI como um território com fronteiras claramente definidas, mas, na prática, não tinha nenhum significado para as populações autóctones. Os próprios funcionários régios desenhavam mapas com fronteiras vagas que demonstravam o seu desconhecimento de povos e terras supostamente controlados por Portugal (CÂNDIDO, 2014: 224-226).

A análise dos testemunhos de contemporâneos de *background* heterogêneo, como funcionários da administração portuguesa, militares e viajantes, vem corroborar o ponto de vista que sublinha a autonomia das chefias autóctones e a agência dos africanos e luso-africanos nas regiões pretensamente sob dominação portuguesa no século XIX. Slenes mostrou com sucesso que, se lidos nas entrelinhas, relatos de viagens eivados de preconceitos e estereótipos acabam por informar o contrário do que é literalmente dito pelo autor (SLENES, 1999: 132-133). Assim, mesmo aqueles que, na primeira metade do século XIX, explicitamente afirmam ser Angola uma colônia de Portugal, acabam

por revelar, após análise mais sutil, a debilidade da dominação portuguesa, o poderio de autoridades locais e o papel ambíguo dos luso-africanos. Antes de passar a tratar desses pontos centrais, cumpre refletir um pouco sobre a utilização de tais testemunhos como fontes e analisar as características específicas de cada uma das narrativas aqui utilizadas.

1. Testemunhos da época, relatos de viagem e textos de cronistas como fontes históricas: algumas reflexões teórico-metodológicas

De acordo com Junqueira, de início a historiografia utilizava testemunhos de contemporâneos, relatos de viajantes e textos de cronistas, como meio de acesso à realidade do passado. Após mudanças historiográficas nas últimas décadas do século XX, as “preocupações do estudioso foram voltadas para o universo cultural no qual o viajante estava imerso, uma vez que suas opiniões e julgamentos apontavam mais para o âmbito cultural do próprio viajante do que para o lugar visitado, ainda que falasse também deste” (JUNQUEIRA, 2011: 45). Na década de 1990, os historiadores passaram a tratar “das camadas de representações encontradas nessas fontes”. Depois, influenciados pelo trabalho de Pratt, que privilegia a instância relacional, passaram a enfatizar as modificações resultantes dos encontros, “com base nas ‘transculturacões’ passíveis de ocorrer nas ‘zonas de contato’ – lugares onde sujeitos anteriormente separados por descontinuidades históricas e geográficas se cruzam” (JUNQUEIRA, 2011: 44, 45). Segundo Pratt, os relatos de viagem são interessantes porque permitem acessar as zonas de contato, que são

espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação e subordinação – como o colonialismo, o escravagismo, ou seus sucedâneos ora praticados em todo o mundo (PRATT, 1999: p. 27).

Tais fontes devem ser compreendidas no âmbito das transformações ocorridas a partir de meados do século XVIII (PRATT, 1999: 35).² As relações entre viajantes e visitados/colonizadores

² Nesse período houve uma mudança na “consciência planetária” europeia. É nesse contexto colonial que é forjado o conceito de zona de contato. Por isso, ele designa o “espaço de encontros coloniais, no qual as pessoas geográfica e historicamente separadas entram em contato umas com as outras e estabelecem relações contínuas, geralmente associadas a coerção, desigualdade radical e obstinada” (PRATT, 1999: p. 31).

e colonizados são abordadas com foco em sua interação, sempre levando em conta as relações assimétricas de poder (PRATT, 1999: 32). É nesse contexto que pretendemos empregar os relatos de viajantes e outros testemunhos de contemporâneos.

O conjunto de obras utilizadas neste artigo é heterogêneo. Algumas foram redigidas por oficiais da administração lusa que haviam residido em Angola por um tempo longo. Estes utilizavam o relato como uma maneira de enaltecer a sua própria administração, como António Saldanha da Gama, que fora governador, ou a administração de seus parentes, como João Carlos Feo Cardozo de Castellobranco e Torres, filho do Governador Luiz da Motta Feo e Torres (GAMA, 1839; CASTELLOBRANCO E TORRES, 1825). Também esse era o caso de Joaquim Antonio de Carvalho e Menezes, que nascera em Angola e para lá retornara em 1823 como escrivão e deputado da Junta de Fazenda, inspetor de sua contadoria e de suas tesourarias (MENEZES, 1834: 1). Outros escreveram sobre Angola sem nunca terem vivido lá. Nessas obras, a África Centro-Occidental não é o principal objeto do relato, mas apenas um lugar entre os vários percorridos ou pesquisados. Carlos José Caldeira partira em julho de 1850 de Lisboa na carreira para a China, tendo percorrido localidades da Ásia, do Oriente Médio, do Mediterrâneo, da África, entre as quais Angola e Benguela (CALDEIRA, 1852). O Brigadeiro Raimundo José da Cunha Matos era militar de carreira e vivera em São Tomé e Príncipe, onde exercera cargos militares e administrativos de 1797 a 1817, inclusive o de governador interino, transferindo-se posteriormente para o Brasil, onde também ocupara diversos cargos militares, tendo participado da fundação, no Rio de Janeiro, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Vivera no Brasil por 19 anos, sem jamais regressar à África, tendo nesse país redigido, entre 1833 e 1839, seu compêndio sobre as “possessões portuguesas em África” (MATOS, 1963: 1-17). Escreve porque “muito mal irão as coisas de Portugal se com efeito os seus Governadores das colônias não tratarem de adiantar os conhecimentos geográficos e políticos do país que lhes foram confiados” (MATOS, 1963: 309). Lopes de Lima também era militar português, tendo ocupado diversos cargos na administração, chegando a ser governador da Índia Portuguesa em 1840 e de Timor e Solor em 1851. Publicou uma monumental obra de seis volumes contendo seus “Ensaio sobre as Estatísticas das Possessões Portuguesas” entre 1844 e 1862, sendo o Livro III sobre “Angola, Benguela e suas Dependências” (LOPES DE LIMA, 1846; THOMPSON, 2015: 38-39).

Todos os autores elencados acima declaravam a intenção de, com o relato, contribuir para superar “o atraso” que assolava a “colônia de Angola” e chamar a atenção sobre a melhor maneira de tirar proveito de tais possessões (MENEZES, 1834: 1). Os textos por eles produzidos são declaradamente colonialistas. Em comum, têm a ambição de conhecer a fórmula para recuperar a grandeza que Portugal, em seu entender, tivera outrora, dando diretrizes para uma colonização efetiva, calcada no fomento de outras atividades econômicas que não o comércio de escravos. Antônio Saldanha da Gama, por exemplo, diz ter decidido publicar suas memórias para

apontar succintamente quaes sam os melhoramentos de que algumas d'aquellas colonias sam susceptiveis, e quaes os meios que o governo deve pôr em pratica para que o momento da cessação do trafico da escravatura não seja o da perda total d'aquelles estabelecimentos, antes pelo contrario elles venham a ser de então em diante de maior proveito a Portugal (GAMA, 1839: 56).

Segundo esse autor,

as Colonias que ainda restam a Portugal nos velhos continentes e mares de Africa e Asia, sam monumentos da nossa antiga gloria, portentos espantosos da gigantesca força, diligencia, e perseverança da antiga gente portugueza, que acabrunham a nossa pequenez, e insultam a nossa actual indolencia (GAMA, 1839: 1).

Finalmente, Jean-Baptiste Douville é único dos nossos autores que não tinha nacionalidade portuguesa. Esse francês, nascido em 1794, redigiu o mais controverso e enigmático de todos os escritos por nós utilizados (DOUVILLE, 1832a: 18; VERGER, 1976: 91). É muito crítico a respeito da maneira como vinha sendo conduzida a “colonização” de Angola, mas atribui os problemas principalmente à preguiça e à ganância dos portugueses e à violência praticada por eles contra os naturais da terra (DOUVILLE, 1832a: 139 e 171). Nutre profunda desconfiança em relação a militares e oficiais administrativos: “alguns agentes do governo me receberam gentilmente. Outros, pelo contrário, causam-me perturbação [...]. Mesmo quando fui recebido com uma aparência amigável, percebi que muitas vezes inspirava desconfiança” (DOUVILLE, 1832a: ii, tradução nossa).³

³ No original: “quelques agent du gouvernement m'accueillirent avec bienveillance. D'autres, au contraire, me susciterent des tracasserie [...]. Lors même que j'étais reçu avec une apparence amicale, je m'apercevais que souvent j'inspirais de la défiance”.

As dúvidas que circundam o relato de Douville nos obrigam a tratar dele de maneira mais detalhada. Dizendo-se naturalista, esse autor publicou, em 1832, o livro *Voyage au Congo*, narrando as suas aventuras em Angola, Benguela e nos territórios independentes da África Centro-Occidental, ocorridas teoricamente entre 1827 e 1830. O relato narra duas viagens. A primeira se iniciaria em dezembro de 1827, com a chegada de Douville do Rio de Janeiro a Benguela. Dessa cidade ele teria seguido para Luanda, a partir de onde teria feito um *tour* pelo interior da “colônia de Angola”, iniciando a viagem pelos sertões pela barra do Bengo, passando por Zenza do Golungo, Golungo Alto, Dembos, Ambaca e Pungo Andongo – narrativa que ocupa o Tomo I. A partir daí, teria passado pelo que chama de “países independentes”, Haco, Tamba e Bailundo, retornando a Benguela, e daí para o Bié e outros lugares do planalto central e, finalmente, a Pungo Andongo, de onde partiria pelos distritos ao longo do Cuanza – Cambambe, Massangano e Muxima – voltando a Luanda. Essa jornada ocupa dois terços do Tomo II. Inicia-se então a segunda viagem, que tem Ambriz como ponto de partida para o interior que Douville considera mais selvagem e arriscado: inclui Matamba, Cassanje e Lunda, além de outros territórios a leste, para então retornar a Ambriz, de onde parte para a Bahia. Esse itinerário é narrado no terço final do Tomo II e no III.

A obra teve entusiástica recepção na França, tendo rendido ao autor em março de 1832 a medalha de ouro da *Société de Géographie de Paris* (DOUVILLE, 1832a; VERGER, 1976: 96-97). O prestígio do autor, no entanto, foi de curta duração: em outubro de 1832, foi publicado na imprensa britânica um artigo anônimo acusando-o de fraude, negando a realidade de suas descobertas. A essa crítica se seguiram muitas outras, apontando erros no relato e contradições nas datas da viagem. A sequência de ataques levou a noiva de Douville ao suicídio e o deixou desacreditado na França (DOUVILLE, 1832a, 1832b, 1833; VERGER, 1976: 91-97). Exatamente que parte da viagem fora realizada por Douville e que parte era ficcional foi questão que continuou ocupando os estudiosos interessados em utilizar seus escritos como fontes históricas no século XX.

Anne Stamm verificou a acuidade dos dados de Douville sobre clima, geografia, política e sociedade na área que ele alega ter visitado e mostrou que muitos nomes (topônimos, títulos de oficiais, etc.) aparecem impressos pela primeira vez em Douville e só mais tarde são mencionados por outros viajantes. Além disso, as descrições da geografia contêm detalhes verossímeis.

Stamm acredita que Douville esteve na maior parte das regiões por onde afirma ter viajado e só ocasionalmente recorreu ao senso comum ou a boatos para preencher lacunas (STAMM, 1970).

Miller traz à tona correspondência trocada entre Castelo Branco, governador de Angola na época da viagem de Douville, e o regente de Pungo Andongo, a qual prova que Douville estivera efetivamente na região da África Centro-Occidental formalmente submetida a Portugal, mas ele não se aventurara no interior desconhecido nas épocas em que alega tê-lo feito. A correspondência sugere ainda que ele não teria conseguido ir para além do Presídio de Pungo Andongo, tendo lá permanecido por mais tempo do que afirma em seu relato (de fato, a maior parte do tempo do livro, que é narrada nos tomos II e III), incapaz de conseguir carregadores para seguir até Cassanje como desejava. Os achados de Miller corroboram a sugestão de Stamm de que Douville estivesse envolvido no comércio ilegal de escravos (MILLER, 1973: 151-152). Miller conclui que “os documentos [examinados] provam que Douville não fez a viagem que diz ter feito, mas não necessariamente eliminam o valor de seu relato para os pesquisadores contemporâneos” (MILLER, 1973: 152, tradução nossa).⁴ Ele acredita que as informações fornecidas por Douville são precisas e úteis, embora de segunda mão. O relato seria fidedigno no que diz respeito às atividades portuguesas na região, mas quase inteiramente falso do ponto de vista etnográfico (MILLER, 1973: 152).

Pierre Verger também se debruçou sobre a questão da veracidade da narrativa de Douville, tendo redigido um artigo que tem por título uma pergunta: seria Douville um naturalista caluniado ou um impostor desmascarado? Mergulhando na biografia do pretense naturalista, conclui que ele seria um pouco dos dois. O antropólogo evidencia o seu recorrente envolvimento em atividades mercantis, dando força à teoria de que sua viagem à África Centro-Occidental tinha finalidades comerciais (VERGER, 1976: 100). Como Stamm e Miller, Verger crê que a primeira viagem é verossímil, sendo a segunda duvidosa (VERGER, 1976: 96). Ele argumenta que, apesar de todas as inexactidões, é incontestável que Douville esteve em Angola e Benguela. Ele não teria feito a viagem contínua que narra, tendo talvez ido e voltado ao Rio de Janeiro algumas vezes, passando períodos mais curtos na África Centro-Occidental. Teria percorrido as regiões controladas pelos portugueses e feito uma série

⁴ No original: “The documents seem to dispose of the question of whether or not Douville actually made the journey he claimed, but they do not necessarily eliminate the value of his account for modern scholars”.

de excursões aos países insubmissos com “as únicas pessoas que podiam se arriscar a fazê-lo na época, os pumbeiros, comerciantes nativos que buscavam escravos nos mercados domésticos e os traziam de volta à costa” (VERGER, 1976: 100, tradução nossa)⁵ O estudioso francês acredita que a obra de Douville é uma combinação de testemunho ocular com reprodução de informações obtidas de pumbeiros nas feiras onde se comerciavam escravos (DOUVILLE, 1832a; VERGER, 1976: 91).

O relato de Douville é, portanto, um exemplo clássico do trabalho de *patchwork* a que se refere Correa, uma mistura de ficção, memória, testemunho ocular, compilação de narrativas orais de terceiros, utilização de manuscritos encontrados nos arquivos luandenses, aos quais o próprio Douville afirma ter tido acesso, mas também de outros viajantes, que confessa ter lido com avidez na juventude (CORREA, 2008: 12; DOUVILLE, 1832a, v. 1: 29; VERGER, 1976: 91). Mas não nos enganemos: todos os relatos aqui analisados foram construídos de forma similar. Mesmo aqueles que viveram por tempo mais dilatado em Angola recorreram a outros relatos e a documentos administrativos.

Junqueira procura elencar características comuns a relatos de viagem marcados pelo hibridismo, partindo de coletâneas de artigos publicadas no século XXI (YOUNGS; HULME, 2002; YOUNGS; HOPPER, 2004 citados por JUNQUEIRA, 2011: 47-50). Tentaremos, a seguir, analisar os textos utilizados neste artigo com base em tais características:

(a) Todos os autores operam de forma sistemática com as noções de aqui e acolá, que transparece na dicotomia Portugal/Angola e com noções variadas de mudanças e transições, especialmente as relacionadas à conquista militar da África Centro-Ocidental pelos portugueses. E a ideia de que é preciso colonizar, explorar, cristianizar, civilizar Angola aparece como pano de fundo. Em quase todos os relatos, a saga militar dos portugueses na África Centro-Ocidental do século XVI ao XIX ocupa parte considerável da narrativa, muitas vezes sendo mais extensa que a parte relativa às memórias efetivas do cronista. A sucessão de feitos militares e medidas administrativas é muitas vezes o que organiza a narrativa. Lopes de Lima deixa isso bem claro: “A ordem das províncias é a ordem dos descobrimentos” (LOPES DE LIMA, 1846: xi).

⁵ No original: “Douville a pu parcourir les régions contrôllées par les portugais et faire des séries d’excursions dans les pays encore insoumis avec les seuls personnes qui pouvaient s’y risquer a l’époque, les pombeiros, les marchands indigènes qui allaient chercher des esclaves dans les marchés intérieurs et les ramenaient vers la côte”.

Essa perspectiva eurocêntrica influencia a percepção a respeito das mudanças históricas. A África parecia extemporânea a esses autores, “por isso, viajar pela África era também uma viagem pelo tempo. Mas um tempo suspenso. Não era o tempo dos Antigos, tampouco aquele dos Modernos” (CORREA, 2008: 14). Essa dificuldade em situar a África no tempo faz com que os autores tratem de fatos, costumes e hábitos africanos como se fossem imutáveis, reproduzindo informações coletadas muito tempo antes por outros viajantes e cronistas como se fossem atuais. Além disso, acarreta uma supervalorização do impacto do contato euro-africano (CORREA, 2008: 14).

(b) Todos os relatos pressupõem um leitor em potencial, que “tem grande influência sobre o estilo, posto que o autor se esmerará para capturar a sua atenção” (JUNQUEIRA, 2011: 48-49). Alguns dos autores por nós estudados explicitam qual é o seu público-alvo. Gama dedica suas memórias aos eleitores do Circulo Eleitoral de Vianna do Minho (GAMA, 1839: *folha de rosto*). As primeiras 56 páginas são intituladas “discurso preliminar”. São ideias do autor de medidas a serem tomadas para resgatar a antiga prosperidade e glória de Portugal. Angola nem é mencionada. Fica patente que o intuito da obra é contribuir para a carreira política do autor entre seus pares.

Castellobranco e Torres escreve para os governantes e ocupantes dos elevados cargos administrativos em Portugal, com o objetivo de resgatar a memória do pai, que “trabalhou a vida toda para adquirir honra e fama para seus filhos” e que havia falecido desgostoso, após ser vítima de uma injustiça política (CASTELLOBRANCO E TORRES, 1825: *discurso preliminar*; 15-16).

Douville escreve para naturalistas, geógrafos e para uma elite letrada francesa. Seu relato, que sabemos ser uma bricolagem de suas próprias memórias, documentos administrativos, leituras de outros viajantes e testemunhos orais, recebeu um verniz de linguagem científica. Para tornar convincente o papel de naturalista que pretendia desempenhar, incluiu na bricolagem coordenadas geográficas, análises da composição do solo, anotações dos resíduos restantes da evaporação da água de diversos locais, etc (DOUVILLE, 1832a).

(c) “O historiador deve ficar atento ao momento em que o texto foi escrito (...). Quanto maior o intervalo entre testemunho, redação e publicação maior a chance de que os acontecimentos vividos sejam confundidos ou o texto reelaborado” (JUNQUEIRA, 2011: 49).

Castellobranco e Torres havia partido de Luanda para o Rio de Janeiro em 1819, após o final do termo de seu pai como governador. Motta Feo teria sofrido a hipotética injustiça política em 1822, falecera em 1823, e o texto fora publicado em 1825. No entanto, como a sua obra é antes uma compilação de documentos e textos diversos que uma memória, como erroneamente o título faz parecer, talvez os seis anos passados entre sua partida de Luanda e a publicação não devam ser considerados um período longo.

Douville, em tese, realizou a viagem entre 1827 e 1830 (já vimos quão controversas são as datas de sua viagem) e publicou em 1832. A curta distância entre viagem/redação/publicação, no entanto, não impede que seu relato seja um dos mais elaborados e editados.

Caldeira viajou entre 1850 e 1851 e publicou em 1852, com grande brevidade. Gama foi governador de Angola entre 1807 e 1810, terminou suas memórias em 1814 e só pôde publicá-las em 1839. Teve muito tempo para reelaborar a obra. O compêndio de Matos foi escrito entre 1835 e 1836. O manuscrito permaneceu no IHGB, e Manoel Cícero Peregrino da Silva apresentou a primeira comunicação sobre ele em 1958, no 1º Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo. A publicação só ocorreu em 1963, portanto mais de um século após a redação (MATOS, 1963: 17-21). A edição e a revisão final foram feitas sem a presença do autor, já há muito falecido, e em outro momento histórico.

(d) O historiador deve ter em mente que “uma viagem funciona como inspiração para outras jornadas desde tempos remotos. [...] Alguns relatos de viagem são, dessa maneira, textos muito influentes e, por conseguinte, mobilizadores” (JUNQUEIRA, 2011: 49).

A obra de Castellobranco e Torres é composta por três textos distintos. O primeiro é uma biografia de seu pai, acompanhada da transcrição de documentos provando os seus serviços. O segundo é a “Historia das acçoens memoraveis dos Governadores Generaes de Angola”, obra é conhecida na historiografia como “Catálogo dos Governadores”, que teve várias versões publicadas em diferentes momentos. Quase todos os autores por nós estudados se valeram de alguma versão do catálogo, alguns fazendo a ele referência, enquanto em outros é fácil reconhecer o seu estilo.⁶ O terceiro é a “Descrição geográfica e política dos Reinos de Angola, Benguela

⁶ Para detalhes sobre o *Catálogo dos Governadores* MILLER; THORNTON, 1987.

e suas conquistas, tirada dos mapas estatísticos⁷ e de outras peças” (CASTELLOBRANCO e TORRES, 1825, *discurso preliminar*).

Também Lopes de Lima se baseia em um conjunto de documentos oficiais e “páginas dos Escriitores”:

“Estou já informado, que muita cousa alli falta por negligencias inevitaveis no prompto desempenho [dos escritores utilizados como fontes] em longes terras das Ordens do Governo, e das solicitações da Associação Marítima, e Colonial; e por isso sempre que tal aconteça, baldo d’esclarecimentos, deixarei apparecer na minha Obra lacunas irremediáveis, que V. Exa. desculpará, porque vale mais confessar que se ignora, do que conjecturar o que não se sabe, e querer fazer passar a conjectura por ponto averiguado” (LOPES DE LIMA, 1846: x).

O que Lopes de Lima faz é uma história da conquista de Angola, centrada nos sucessos ou insucessos de cada governador, com base em vários relatos, entre os quais o Catálogo dos Governadores compilado por Castellobranco e Torres, o manuscrito do missionário Domingos d’Abreu de Brito, escrito em 1592, e os relatos do Padre Guerreiro, de 1604 (LOPES de LIMA, 1846, Livro III, Introdução).

A obra de Matos é declaradamente um compêndio. De acordo com José Honório Rodrigues, Diretor do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, que redigiu, em 1961, um prefácio à obra, “ê-le se preparou, durante sua longa estadia em África, para o livro, anotando e lendo velhos documentos, cronistas e dados estatísticos” e “sempre indica as fontes e a bibliografia a que recorreu” (MATOS, 1963: 17). Afirma o próprio Matos: “[...] escrevi êste Compêndio extraído dos melhores escritores antigos e modernos, e expurgado de tudo quanto reputei fabuloso, ou copiado de autores menos exatos” (MATOS, 1963: 21). Entre os autores utilizados por Matos, estão Douville, Castellobranco e Torres e Saldanha da Gama (MATOS, 1963: 290, 306 e 312).

Os autores citam uns aos outros e dialogam entre si. São recorrentes passagens muito semelhantes. Gama afirma sobre a extração da cera de abelha: “Até agora costumam elles pôr fogo á arvore em que está o enxame, com o que não só destroem ou dispersam este, mas perdem o mel, de que poderiam aproveitar-se para muitos usos” (GAMA, 1839: 80). A respeito

⁷ Os mapas estatísticos eram tabelas contendo dados populacionais e de atividades econômicas de cidades, distritos e presídios. Para detalhes sobre essas fontes ver CÂNDIDO, 2006, especialmente o capítulo sobre Caconda; CORRÊA, 2019: 122-180; CURTO, 1988, 1999, 2001 e 2018; DOMINGUES DA SILVA, 2015: 107-124; MATOS; VOS, 2013.

dessa mesma operação, afirma Lopes de Lima: “[...] todos os annos, – todos os dias, – [colmeias são] destruídas a milhares pelo barbaro methodo de recolher a cêra – queimando o enxame – perdendo o mel, – e deturpando a própria cera” (LOPES DE LIMA, 1846, Livro III: 55). Poderíamos citar muitos outros exemplos, mas acreditamos que este é suficiente para ilustrar o argumento de que os autores não só servem de fonte uns aos outros como pertencem a uma mesma tradição literária.

(e) Questão da veracidade da narrativa (JUNQUEIRA, 2011: 50). Junqueira salienta que não era incomum que quem escrevesse o relato não fosse o viajante, mas um “profissional do texto”. Um exemplo citado pela autora é o da viagem que Mandeville teria feito em 1357 à Terra Santa. Estudiosos descobriram que Mandeville nunca existiu ou esteve na Terra Santa e, no século XIX, o relato deixou de ser objeto de pesquisa. Recentemente foi recuperado porque as dúvidas que o cercam tornaram-se referenciais para reflexões sobre o relato de viagem como fonte (JUNQUEIRA, 2011: 51-53). Segundo Junqueira, ao analisar uma narrativa desse tipo “o importante é considerar a ‘verdade que ele quis construir’ e não a ‘veracidade’ do relato” (JUNQUEIRA, 2011: 53). Essa afirmativa é válida para os textos utilizados neste artigo Amálgamas de experiência pessoal, pesquisa documental, narrativas orais e escritas de terceiros, esses textos nos permitem uma melhor compreensão do mundo surgido do encontro de africanos e europeus nos sertões da África Centro-Occidental.

2. O Reino de Angola como um arquipélago

Os viajantes e cronistas, partindo de sua perspectiva colonialista, quase sempre iniciam seus relatos fornecendo as coordenadas geográficas da suposta colônia portuguesa. Menezes, por exemplo, explica que a “colônia de Angola”

[...] apresenta a sua frente ao Norte do rio Dande, cuja embocadura está em 8°29', e estende-se até o Cabo-negro a 15°41'. A Costa marítima deste vasto territorio tem mais de 180 legoas, e alguns de seus postos militares, ou Prezídios estão a 200 legoas no interior, e posto que *seus limites não estão rigorosamente determinados*, sabe-se, que confina ao Norte com as terras do Marques de Mossul, e *outros tributarios* do Rei do Congo; a Leste com os Molluas, e *diversos gentios*; ao Sul com os dezertos, e Cabo-negro, sendo ao Oeste banhado pelo Oceano Atlantico (MENEZES, 1834: 1-2, grifos nossos).

A pretensa exatidão científica dessa passagem não encobre a indefinição do território, sendo que o próprio autor admite que os limites não estão “rigorosamente determinados”. As fronteiras são com entidades políticas vagas, “outros tributários de o Rei do Congo”, “os Molluas e outros gentios”, com os “desertos”, sendo que, àquela altura, os portugueses não tinham muita certeza de como era a divisão territorial dos estados que compunham o Império da Lunda, ou seja, “os Molluas”.

Essa incerteza transparece também nas memórias de Castello Branco e Torres. Primeiro, o autor trata do Reino de Angola abstrato, aquele que existia formalmente para a administração. Era uma pretensão de domínio, sem fundamento na conquista, ocupação ou governo efetivo. Correspondia ao território doado a Paulo Dias de Novais no século XVI, com algumas adições:

Compreende-se debaixo do nome de Capitania General do Reino de Angola e suas dependencias, toda a porção Meridional do Baixo Guiné, occupando hum vasto paiz, que se estende 180 legoas ao longo da costa, e 140 no interior, comprehendido entre 8° e 16° de latitude, e 20° 30' e 36° 30' de longitude (CASTELLOBRANCO E TORRES, 1825: 326).

No entanto, depois de tratar dessa colônia abstrata, o autor descreve a ocupação mais concreta:

Huma parte estes Reinos he ainda occupada por *Naçoens, independentes, algumas feudatarias, outras aliadas, e até inimigas da Coroa de Porgugal*, divididas em diversas façoens e *governadas* por pequenosa Regulos, que tomaõ os títulos de Principes, Duques, Marquezes, e outros que aprendêraõ dos Europeus, além dos de Dembo, e Sôvas, por que em geral são mais conhecidos: seos territorios e dominios achaõ-se de tal forma confundidos, que seria impossivel fazer a numeração de todos, *sendo alguns delles pouco conhecidos, por cauza da fereza de seos habitantes*; circumscrevendo portanto a descripção, ás possessoens governadas por autoridades Portuguezas, comprehende o Governo de Angola e suas dependencias, a jurisdicção dos Reinos de Angola e de Benguella, *mas os seus limites politicos differem hum pouco dos geograficos*, como abaixo se verá (CASTELLOBRANCO E TORRES, 1825: 323, grifos nossos).

A leitura do trecho acima deixa claro que, além dos limites geográficos abstratos, havia outros, políticos e bem mais concretos. Essa pretensa colônia portuguesa era formada por várias nações independentes, que podiam ser feudatárias da Coroa Portuguesa,

suas aliadas e até suas inimigas. O autor reconhece também que essas nações eram governadas autonomamente por seus sobas e que alguns povos eram tão hostis (“a fereza de seus habitantes”) que não era possível aos funcionários régios sequer conhecê-los. O autor segue então descrevendo os tais limites políticos: a divisão administrativa em presídios e distritos; enumera nominalmente todos eles e diz que “compreendendo o território dos Sôvas, nelles encravados, abrangem pelo menos uma superfície de 22,000 legoas quadradas” (CASTELLOBRANCO E TORRES, 1825: 326).

Douville também sublinha a autonomia dos povos que vivem dentro da área que teoricamente é a colônia portuguesa:

Durante muito tempo o reino não aumentou em território, pelo contrário perde a cada dia uma parte de sua extensão. [...] Portugal *ainda tem quase todo o litoral* entre o 9º e o 13º de lat. Sul, em uma largura de cerca de uma ou duas ligas. Mas, do lado deles, *os negros independentes têm acesso livre em toda essa costa e sustentam que lhes pertence*. Uma grande parte do território português é assim ocupada por povos livres, por outros que são tributários, e outros simplesmente aliados, que não reconhecem nenhum outro soberano além de seus chefes (DOUVILLE, 1832a: 36, grifos nossos, tradução nossa).⁸

Na passagem de Douville, temos de ler o dito e o não dito. Os portugueses *ainda* têm todo esse litoral, mas provavelmente o perderão no futuro próximo. Aos povos locais? Ou será que a outra potência europeia, como a França, que, talvez na visão de Douville, soubesse colonizar essas terras de maneira mais eficiente? Apesar da posse nominal pelos portugueses, os povos independentes têm livre acesso ao território, ocupado por nações livres, tributárias dos portugueses ou aliadas, que não reconhecem a autoridade do rei de Portugal, mas de seus próprios soberanos. A esse território, governado por autoridades autóctones, desconhecido e inacessível, os portugueses chamavam de sertões.

Birmingham conferiu um papel destacado à presença portuguesa na região e à sua vinculação ao comércio atlântico de escravos na formação dos estados abundos e imbangalas

⁸ No original: “Depuis long-temps le royaume n’augmente plus en territoire, au contraire il perd tous les jours une partie de son étendue. [...] Le Portugal possède encore presque toute la côte entre les 9º est les 13º de lat. sud, sur une largeur d’à-peu-près une ou deux lieues. Mais de leur côté, les nègres indépendans ont un libre accès sur toute cette côte, et soutiennent qu’elle leur appartient. Une grande partie du territoire portugais est ainsi occupée par des peuples libres, par d’autres qui sont tributaires, et d’autres simplement alliés, qui ne reconnaissent d’autre souverain que leurs chefs”.

(BIRMINGHAM, 1965: 1-8). Para o autor, durante o século XVII, “o povo ambundo de Angola teria se tornado a primeira nação africana a ser submetida ao domínio colonial europeu” (BIRMINGHAM, 1965: 1, tradução nossa).⁹

Parece-nos complicado afirmar que havia colonização na África Centro-Occidental desde o século XVII. Estavam Thompson sintetizou de forma clara a crítica a essa historiografia que ele chama de colonialista, “que visava a produzir a imagem de antigo controle colonial português sobre soberanos que de fato eram autônomos e populações africanas virtualmente independentes” (THOMPSON, 2015: 52). Para esse autor, os sobas vassallos entre o XVII e o XIX recolhiam impostos que lhes pertenciam e só depois pagavam o dízimo anual, o qual era devido “por serem vassallos de Portugal, e não funcionários coloniais” (THOMPSON, 2015: 54-55). Thompson discorda da noção, defendida por Cândido, de que vigorasse, de meados do século XVII a meados do século XIX, um sistema semelhante ao de *indirect rule* estabelecido na Nigéria e na África Oriental pelos ingleses no XIX e início do XX (CÂNDIDO, 2014: 224).¹⁰ Para Thompson, o sistema vigente em Angola se assemelha mais ao *Crown Colony*, sistema de administração inglês do século XVII, no qual eram implementadas instituições inglesas semelhantes ao avassalamento dos sobas. Na vassalagem portuguesa, “as autoridades coloniais procuravam influenciar a vida política dos sobados avassalados, mas não tinham poder para legitimar um ‘chefe’ local sem a aprovação dos conselheiros-anciãos (macotas)” (THOMPSON, 2015: 54). Mesmo quando os portugueses conseguiam influenciar o processo sucessório, a escolha do soba continuava sendo da competência dos macotas e que, até em regiões onde o poder era mais centralizado, como no *Ndongo*, havia grande fragmentação da autoridade, tendo os sobados autonomia em relação ao *Ngola* (THOMPSON, 2015: 54-55).¹¹

⁹ No original: “During the seventeenth century the *Mbundu* people of Angola became the first African nation to be subjected to European colonial rule”.

¹⁰ Vale notar que a própria Mariana Cândido frisa que, até meados do século XIX, o que ela denomina “colonialismo português” era baseado no controle de súditos, não na ocupação territorial contínua. Essa situação teria mudado a partir do momento em que a produção de produtos agropecuários exportáveis adquiriu importância e teve, segundo a autora, profundas consequências nas noções locais de uso e propriedade da terra (CÂNDIDO, 2014: 224).

¹¹ Para Thompson, só se pode falar em colonização a partir do início do século XX, com os sobas se tornando intermediários do poder colonial com a Lei Orgânica da Administração Civil das Províncias Ultramarinas, de 1914, após as guerras de pacificação (THOMPSON, 2015: 56).

Adotamos posição semelhante à de Thompson. Não podemos falar em colonização, admitindo que os sobas gozavam de poder e autonomia, mas tampouco devemos cair no extremo oposto, que é exagerar a debilidade portuguesa, subestimando a influência que Portugal tinha na África Centro-Occidental. Propomos que o Reino de Angola seja pensado como um arquipélago, formado pela junção intermitente de cidades litorâneas, presídios e distritos, que formavam uma malha administrativa e jurisdicional (SANTOS, 2006: 21). Era um conjunto de várias ilhas semiautônomas, mas interligadas pelo comércio atlântico e pela presença de instituições militares e administrativas de origem lusa. Ao redor dessas ilhas, entre uma e outra, ficava o que os funcionários régios denominavam *o sertão* e *o gentio*, os vastos domínios de chefes africanos, territórios que conservavam as instituições políticas e administrativas africanas tradicionais.

É importante lembrar que o governador e as outras autoridades administrativas se relacionavam com os detentores de poder africanos na qualidade de representantes do rei de Portugal, que era o equivalente hierárquico dessas chefias. De acordo com Maria Emília Madeira Santos,

Aos sítios do poder africano os europeus ou europeizados chegaram como delegados de um poder exterior, como missionários de uma religião exógena, como comerciantes de mercadorias desconhecidas, mas sempre reconhecendo a superioridade hierárquica do chefe africano.

[...] Ao exigir ser frequentado na sua própria residência, e determinar o momento do acesso à sua presença, o chefe materializa a representação do seu poder sobre o espaço e o tempo. Dentro da corte o tempo é marcado pelo próprio chefe e a espera imposta ao visitante por intermédio da hierarquia cortesã simboliza a posição subalterna do visitante e também o grau de interesse por parte do chefe africano no estabelecimento ou no relaxamento da relação. É também ele, que fazendo funcionar a rede do seu poder político até ao mais distante vassalo, abre os caminhos, quando quer dar acesso ao estranho (SANTOS, 2003: 27).

Carlos Couto, apesar da ideologia estado-novista que permeia a sua obra sobre os Capitães-Mores de Angola, tem aguda consciência da debilidade da presença portuguesa na região até o oitocentos:

Contudo, não nos iludamos: nesta enorme extensão territorial, a afirmação do poder político português foi, durante muito tempo,

simplesmente nominal. A precariedade da nossa ocupação, até ao século XIX, permitiu, na realidade, a coexistência de vários poderes. Daí, não se nos afigurar legítimo falar de soberania, mas de soberanias. Angola tinha, efectivamente (*sic*), várias soberanias: a portuguesa confinada, geralmente, ao litoral e a alguns presídios do interior; a dos diversos potentados indígenas que, não sendo vassallos da Coroa Portuguesa e achando-se fora da jurisdição dos presídios, viviam na independência do governo-geral que, amudadamente hostilizavam; e a de alguns Sobas que, embora não vassallos, reconheciam o governo da capital, mas não permitiram que a autoridade portuguesa se exercesse nos seus domínios (COUTO, 1972: 103).

3. Carácter militar da presença portuguesa

O Reino de Angola era subdividido em distritos, a maioria dos quais tinha como capital uma vila fortificada, o presídio, que contava com guarnição militar.¹² Douville sublinha a diferença entre distritos e presídios, enfatizando a insuficiência das tropas e o mau estado das fortalezas e armamentos no final da década de 1830:

As províncias onde houve e onde ainda existem alguns redutos insignificantes, com três ou quatro velhos canhões pregados, desgastados ou colocados em carroças podres, e nos quais ainda vemos algumas partes de um velho muro em ruínas, são os que levam o nome de presidio (fortaleza). Seus fortes são guardados por doze a quinze soldados da linha e alguns soldados da milícia negra. Assim, uma guarnição pode elevar-se a vinte ou vinte e cinco homens capazes de portar armas. Os territórios que são chamados distritos não têm soldados da tropa de linha (DOUVILLE, 1832a: 37, tradução nossa).¹³

Explica Joaquim Romero Magalhães que, nas conquistas, o que importava era o governo militar. O governo civil era de menor importância. Por isso, nelas se fundavam presídios, fortalezas militares, e não municípios. O transplante dos municípios às colônias consistia em uma adaptação das instituições de governo típicas da península ibérica aos novos territórios (MAGALHÃES,

¹² Para detalhes sobre a organização dos presídios e distritos ver CORRÊA, 2019: 85-89.

¹³ No original: "Les province où il y a eu, et où il subsiste encore quelques chétives redoutes, avec trois ou quatre vieux canons encloués, démoutés, ou posés sur des affûts pourris, et dans lesquelles l'on voit encore quelques pans d'un vieux mur en ruine, sont celle qui portent le nom de presidio (forteresse). Ses forts sont gardés par douze à quinze soldats de ligne et quelques soldat de la milice nègre. Ainsi une garnison peut s'élever en tout à vingt ou vingt-cinq hommes en état de porter les armes. Les territoires qui sont appelés districts n'ont pas de soldats de la troupe de ligne".

2011: 75-81). Uma povoação suficientemente populosa, onde a pluralidade de interesses em jogo criava a necessidade da instituição de um governo civil e de um conselho, tornava-se uma municipalidade. As localidades essencialmente militares, onde não se julgava necessário criar um governo civil, eram presídios e sua mais alta autoridade era um militar, geralmente um capitão.

É importante lembrar que o avanço das forças portuguesas na África Centro-Occidental se deu pelas armas, em um processo violento que envolveu um século de campanhas militares quase incessantes – que ficaram conhecidas como as guerras angolanas – e muitas negociações e alianças com os reinos africanos. Às derrotas de sobas se seguia a construção de fortalezas militares em locais estratégicos, muitas vezes correspondentes à sede do governo autóctone derrotado (BIRMINGHAM, 1965: 14-41; BIRMINGHAM, 1966: 42-132; CASTELLOBRANCO E TORRES, 1825: 125-322; LOPES DE LIMA, 1846: 6-29).

As passagens em que os viajantes, cronistas e funcionários régios narram a tomada de Cambambe servem bem para ilustrar o nosso argumento. A crença de que as minas de prata se localizavam naquela região fez com que o Rio Cuanza se tornasse a linha de penetração para o interior, já que a impossibilidade de se deslocar por outros meios que não a pé pelo terreno difícil tornava importantes os cursos d'água navegáveis.

Segue uma cronologia resumida dos eventos militares que culminaram com a tomada de Cambambe, de acordo com Birmingham. A expedição de Paulo Dias de Novais, cujo maior objetivo era tomar as minas de prata de Cambambe, partiu de Luanda em 1580. As forças portuguesas passaram três anos isoladas em um pequeno forte em Macunde e só então conseguiram avançar, saindo vitoriosas em uma batalha contra forças ligadas ao *Ngola* na confluência dos Rios Lucala e Cuanza, onde fundaram, em 1583, o Presídio de Massangano, que seria, ao longo dos próximos anos, um local de refúgio e reorganização das tropas portuguesas (BIRMINGHAM, 1965: 16). Após a vitória de Massangano, os portugueses avançaram muito lentamente devido à resistência dos ambundos e dos imbangalas. Em 1581, a pretensa colônia consistia em uma pequena faixa entre o Bengo e o Cuanza. Com a União Ibérica, Domingos de Abreu e Brito recebeu a incumbência de conduzir uma investigação sobre o potencial econômico da região. Produziu, entre 1591 e 1592, um relatório, no qual o interesse por Angola é mais justificado pelas minas de prata de Cambambe que pelo comércio de escravos (BIRMINGHAM, 1965: 20). A partir daí,

o sistema de capitâneas hereditárias foi substituído pela nomeação de governadores, os quais continuaram a perseguir o objetivo de tomar as minas de Cambambe. Seu avanço era impedido pelos chefes da Quissama e pelo poderoso chefe Cafuxe Cambare. Balthasar Rebello de Aragão, convocado para retomar o forte de Massangano, que havia sido capturado pelo *Ngola*, conseguiu avançar mais um pouco a leste, construindo o Presídio de Muxima em 1599 (BIRGMINGHAM, 1966: 60). A resistência do Soba Cafuxe e de outros chefes preveniu que os governadores tivessem sucesso em chegar até Cambambe. Manuel Cerveira Pereira tomou posse como governador em 1603 e lançou uma campanha militar agressiva, chegando à Colina de Cambambe no mesmo ano (BIRMINGHAM, 1966: 60-62). Carlos Couto data a construção do Presídio de Cambambe de 1604 (COUTO, 1972: 104).¹⁴

Os viajantes e cronistas narram em tom épico a tomada de Cambambe, mas desavisadamente, acabam revelando a agência dos africanos. A semelhança entre as narrativas sugere que usaram uns aos outros como fontes ou recorreram ao Catálogo dos Governadores.

De acordo com Castello Branco e Torres, Cerveira Pereira, com diminuta força, venceu o Soba Cafuxe em 1603:

Ficou o Sôva vencido e reduzido a humilde vassalagem. [...] Reduzida aquella Provincia, á jurisdicção Portugueza; passou o victorioso Governador ás Serras de Cambambe; a fundar huma fortaleza, segundo a ordem que para isso tinha: defendêo-se o Sôva Cambambe, com grande valor, resistindo quanto pôde; porem cedêo a final, depois de assoladas e destruidas as suas terras e povoaçoens. Vendo-se Manoel Cerveira, na posse do que havia tantos annos, se pretendia; levantou logo o Presidio ordenado, debaixo da protecção de Nossa Senhora do Rosario de Cambambe; como ainda hoje se intitule” (CASTELLOBRANCO E TORRES, 1825: 147, grifos nossos).

Matos narra a conquista de maneira semelhante:

§ 494 – Manoel Cerveira Pereira, Capitão de Infantaria que tinha acompanhado João Rodrigues para Angola, e que como êle marchara para Cambambe, foi eleito Governador pelo exército, não obstante haver o falecido General nomeado para lhe suceder seu irmão Gonçalo Vaz Coutinho em observância de Ordem Real. Manoel Cerveira dispô-se a justificar o procediemnto das tropas acêrca da sua eleição, e por isso

¹⁴ Para uma cronologia da fundação dos presídios fora da linha do Cuanza ver COUTO, 1972: 103-105.

que o *Soba Cafuxe* havia derrotado o exército português marchou Cerveira a tomar vingança daquele desastre. O Soba foi acometido: o seu exército pôsto em derrota no mesmo lugar em que o Capitão-Mor Baltasar de Almeida tinha sido desbaratado. O *Soba humilhado pelo seu vencedor na batalha do dia 10 de agosto de 1603, reconheceu-se vassalo e tributário do Rei de Portugal.*

§ 495 – Conseguida a importante vitória do Soba Cafuxe, marchou o Governador Cerveira *a combater o Soba de Cambambe, cujo território foi talado e vencido e obrigado a sujeitar-se ao General da colônia.* Esta empresa de Cambambe que desde 1585 se meditava, deu motivo a construir-se o presídio do mesmo nome, na margem direita do Rio Cuanza acima das cachoeiras em que principia a ser navegável até ao oceano (MATOS, 1963: 253, grifos nossos).

A descrição de Lopes de Lima afirma que a Cerveira Pereira, “este grande capitão [,] estava reservado restaurar naquela região a glória do pendão portuguez”. O governador havia derrotado o “terrível Cafuxe” e, na sequência, o soba de Cambambe, que foi posto em fuga e depois degolado pelo rei de Angola. Após esses feitos militares, “junto às famosas minas de prata construiu o vencedor em lugar alto sobre o rio Cuanza o presídio de Cambambe” (LOPES DE LIMA, 1846: 17-18).

Ao intentarem fazer parecer heroicos os feitos dos portugueses, os cronistas acabam por, inadvertidamente, pôr em relevo a agência dos africanos e o poderio político e militar de muitos chefes e sobas, que impingiram tantas derrotas aos portugueses ou os manipularam segundo seus próprios interesses. Tanto a força do Cafuxe quanto a sua fenomenal derrota aparecem em todos os relatos. Birmingham, baseando-se no relato de Battell, que era, no tempo de Cerveira Pereira, sargento no exército português, afirma que tal derrota nunca aconteceu. O governador teria, ao contrário, feito um acordo com esse poderoso chefe em troca de um suborno de 40 escravos, segundo consta em queixa formalizada na época (BIRMINGHAM, 1966: 62). Os cronistas também sublinham a resistência do Soba Cambambe e a violência que lhe foi administrada após sua derrota, sendo as suas terras desoladas. Note-se também que fica claro que o avassalamento é geralmente fruto de uma derrota militar, seja do próprio chefe local, seja de um chefe maior, do qual aquele era súdito ou tributário.

4. Os sobas e a vassalidade

Antonio de Moraes Silva, ao procurar definir os sobas em seu dicionário, o faz por analogia ao sistema administrativo português. Para ele, o soba era o “Governador de Provincia, em varios Reinos

da Africa” (SILVA, 1789: 728). Bluteau, no entanto, vai muito mais além, e alude às mudanças políticas ocorridas em Angola após a chegada dos portugueses:

No Reyno de Angola, he Titulo, que responde a Governador da Provincia. Antigamente, cada Sova era soberano Senhor dos seus Estados, ainda que debayxo da proteção del Rey de Congo, mas desde que os Portuguezes tomãrão no Reyno de Congo muytas Villas, e Cidades, e se apoderão de muytas Provincias, *os Sovas das Provincias, sugeytas aos Portuguezes, não possuem as terras em vivem, senão com título de Vassallos, todos os annos pagão ao Portuguez, Governador de Angola, hum tributo de Escravos, e tem obrigação de ter na sua Villa, ou Aldea hum Capellão para lhe dizer Missa, e para bautizar. Não deyxão estes Sovas de sustentar entre os seus a sua autoridade, só os Macotas, que são os Nobres da terra, tem licença para chegarem a elles, e proporlhes algum negocio, o que fazem de joelhos, e batendo nas palmas, em sinal de respeito* (BLUTEAU, 1728, grifos nossos).

O verbete pressupõe que a conquista do Reino de Angola pelos portugueses era efetiva e que a propriedade do território era da Coroa lusa. Os sobas, outrora soberanos de suas terras sob a égide do rei do Congo, viveriam no século XVIII em solo que não lhes pertencia, sob o estatuto de vassallos do rei de Portugal, o que lhes impunha uma série de obrigações. No entanto, o próprio Bluteau revela a percepção de poder e de autonomia que essas autoridades autóctones conservavam e da necessidade de intermediários (os macotas) para com eles negociar.

Para Flávia Carvalho, a conquista do Ndongo e a colocação no trono de um *Ngola*-fantoche aliado aos interesses dos portugueses no século XVII não significou a perda de autoridade dos sobas. Havia uma distinção entre as tarefas relacionadas ao governo efetivo e as funções de ligação entre os planos terrestre e sobrenatural. O poder espiritual do *Ngola* era complementado pelo poder terrestre do soba. A geografia da região teria concorrido para essa divisão de competências, uma vez que os sobados eram distantes uns dos outros e muitos ficavam isolados, de forma que o vínculo dos chefes locais com o *Ngola* fosse “de fato muito mais simbólico e componente de um cenário ritualístico do que efetivamente político e pragmático” (CARVALHO, 2013: 47).

O relacionamento entre o governo português estabelecido em Luanda no século XVI e os sobas, as autoridades nativas da África Centro-Occidental, tomou a forma de instituições feudo-vassálicas adaptadas a partir de práticas medievais. De acordo com Catarina

Madeira Santos, a afirmação da soberania portuguesa a partir do governo central de Luanda perante os potentados africanos se deu por meio dos tratados de vassalagem.¹⁵ Estudando os *Ndembu*, a autora afirma que as relações de vassalagem não perturbavam os fundamentos da organização política interna e funcionavam mesmo como instâncias de legitimação do poder africano, vindo a somar-se às hierarquias africanas preexistentes (SANTOS, 2006).

O termo “vassalo” era correntemente utilizado para se referir a relações diversas de subordinação. Não era privativo da relação soba vassalo/Coroa Portuguesa. Assim, um chefe menor era vassalo do Rei do Congo. Um camponês era vassalo de seu soba. O governador, um capitão-mor, um morador, um feirante, eram vassalos do Rei de Portugal. Tal emprego do termo vassalo fica nitido na passagem abaixo, em que Castello Branco e Torres reproduz uma fala de seu pai, então governador, aos empregados públicos e ao corpo de comércio de Luanda, instando-os a contribuir financeiramente para a cerimônia de aclamação do rei:

He de dever dos *Seus Vassallos*, he da sua honra, e de huma absoluta necessidade que elles procurem marcar aquella Augusta Cerimonia, não só com os devidos applauzos, e festividades proprias de tão solemne momento, como tambem com acçoens ainda mais dignas de *Fieis Vassálos*, sendo os *Empregados Publicos aquelles*, que gozão de mais distincão, por serem particularmente honrados pelo Soberano, confiando-lhes parte da sua Authoridade, são por isso mesmo na minha opinião os que devem dar o primeiro exemplo de *Fiel Vassallagem*, abrindo com dignas acçoens o caminho da razaõ, que os outros bons Vassallos devem tambem seguir" (CASTELLOBRANCO E TORRES, 1825: 59, grifos nossos).

Os relatos dos viajantes estão cheios de contradições. Em certos trechos alardeiam a perda de autonomia dos sobas, para, logo em seguida, afirmarem a sua soberania. Douville, que sabemos estar transmitindo informações de segunda mão adquiridas de comerciantes, sertanejos e autoridades coloniais, é particularmente dado a essas contradições. Ao visitar o Soba do Bengo, Douville se detém em explicações sobre as estratégias dos portugueses de dividir para governar. O viajante inicia a narrativa afirmando que esse chefe era o mais poderoso do distrito e que vivia na melhor casa que ele tinha visto na região, e tinha três mil casas sob sua dependência. Para o francês, esse seria um número considerável nas possessões portuguesas, pois, na época das conquistas, os portugueses

¹⁵ Para detalhes sobre os tratados de vassalagem ver SANTOS, 2006: 86.

entenderam que não adquiririam poder se não dividissem o dos negros. Assim, foram dividindo porções do território onde chegavam e dando o comando dessas porções a macotas que investiam com o título de sobas e que se declaravam seus vassallos. Esses novos sobas não perceberam que haviam mudado de qualificação, mas não haviam adquirido novos poderes (DOUVILLE, 1832a: 156-159). Para Douville, a “sede de dignidade” foi a causa da ruína dos negros. Se eles fossem unidos, teriam podido deter os portugueses. Os portugueses teriam se aproveitado da situação e dado o título de soba a vários pequenos chefes. Desse modo, todas as terras que eles conquistavam eram divididas em muitos pequenos sobados, de forma que eles, portugueses, fossem capazes, mesmo com seus poucos recursos, de evitar que os habitantes se revoltassem (DOUVILLE, 1832a: 158). Douville conta também que, embora conservem funções jurisdicionais, os sobas só eram respeitados pelos seus vassallos quando são amigos do regente:

[...] os sobas dos países conquistados começam a perder toda a sua autoridade, e são respeitados por seus súditos apenas de acordo com o grau de amizade que existe entre eles e o regente do distrito. O povo teme este, porque combina força com autoridade e pode chamar em seu socorro os súditos de todos os sobas, o que os sobas só podem fazer entre si (DOUVILLE, 1832a: 172, tradução nossa).¹⁶

Para ilustrar a falta de poder dos sobas, Douville conta um caso envolvendo o Soba Bango [o Soba do Bengo]. Explica que é costume, nas intimações judiciais, que o soba envie seu bastão à parte que deve comparecer à audiência. A pessoa intimada fica com o bastão e passa a ter o dever de devolvê-lo. Pousar o bastão no solo ou deixar para devolvê-lo no dia seguinte configura crime de lesa-majestade. Em certa ocasião, o Soba Bango teria enviado seu bastão a um negro que deveria comparecer à sua presença. O negro teria quebrado o bastão e jogado os pedaços na cabeça do emissário. O soba, não podendo deixar passar a ofensa, mas também incerto sobre seu poder para puni-lo, teria acionado o regente. O regente teria respondido, surpreso, que o soba governava um estado com mais de três mil casas, 400 empacasseiros e 32 macotas e era forte o suficiente para agir

¹⁶ No original: “[...] les sobas des pays conquis commencent à perdre toute leur autorité, et ne sont respectés par leurs sujets que selon le degré d'amitié qui existe entre eux et le régent du district. Le peuple craint celui-ci, parce qu'il réunit la force à l'autorité, et peut appeler à son secours le sujets de tous les sobas, ce que des derniers ne peuvent faire que uns chez les autres”.

sem a assistência de ninguém. O soba então teria reunido os empacasseiros e os nobres e ido buscar o culpado. Este, no lugar de fugir, teria, quando o soba e sua escolta chegaram, saído de casa bruscamente, com a pistola na mão e mirado a cara do soba, que teria fugido desesperado com toda a sua trupe. O regente, feliz por poder provar ao soba que, sem sua ajuda, seu poder era ilusório, enviou militares para trazer o rebelde à sua presença (DOUVILLE, 1832a: 172-173).

Precisamos ler essa anedota com cautela. Em primeiro lugar, é quase certo que Douville ficara sabendo dessa história pelo regente, que tinha todo interesse em salientar a fraqueza do soba e exaltar seu próprio poder. É revelador que o próprio regente subestime o poder do soba, que, no entanto, tinha numerosos súditos e um grande contingente de empacasseiros. Em segundo lugar, Douville tem uma postura sempre paradoxal a respeito da administração e dos sobas. Por um lado, não perde oportunidade de fazer chacota de ambos os poderes. Isso fica claro quando chama o séquito do soba de “trupe”, substantivo que designa um grupo de artistas mambembes ou circenses. Douville não leva o episódio a sério, tudo é antes um ato teatral para ele. Que tanto os portugueses quanto as lideranças autóctones fossem fracas é interessante, ficando implícito que Angola seria muito melhor colonizada pelos franceses. Como podem as forças portuguesas serem tão débeis e ainda assim conseguirem uma submissão tão absoluta dos sobas e potentados?

Embora afirme reiteradamente a debilidade das forças portuguesas e a submissão dos sobas a elas, Douville fica retido em Pungo Andongo, sem conseguir ir aos territórios a Norte e a Leste, porque o regente desse presídio e o governador se negam a fornecer-lhe carregadores, e ele não se arrisca nas terras fora da jurisdição portuguesa por sua conta. O viajante está à mercê dos poderes de que desdenha. De acordo com Miller, Douville alega estar em Matamba de 4 de maio até começo de junho de 1829. Ocorre que, em 28 de abril, o Governador Castelo Branco confirmou que Douville estava em Pungo Andongo, aguardando carregadores para acompanhá-lo a Cassanje. Em sua carta, Castelo Branco orientava o regente de Pungo Andongo a fornecer tantos carregadores quanto pudesse (uma indireta para atender as demandas de Douville o mínimo possível) e a permitir que ele fosse apenas até os territórios não avassalados a Leste. Em seu livro, Douville afirma ter passado de 6 de junho até início de julho de 1829 em Cassanje. Todavia, outra carta do governador

de 18 de julho confirma que Douville tinha permanecido retido em Pungo Andongo, incapaz de conseguir carregadores para a sua desejada viagem. Nesse momento, ele já tinha perdido confiança no regente de Pungo Andongo e no governador. Uma carta do regente de Pungo Andongo confirma que Castelo Branco o havia instruído a fornecer a Douville o mínimo possível de carregadores e a mandar um oficial para escoltá-lo para garantir que ele não abusasse dos carregadores e que os pagasse regularmente. Em uma terceira missiva, o governador menciona a reclamação do regente de que Douville estaria causando problemas às autoridades de Pungo Andongo e acrescentava que havia rumores em Luanda de que ele não fosse um cientista, mas tinha algum outro motivo para conduzir a expedição. Castelo Branco encerrava sugerindo que o regente expulsasse Douville, enviando-o dentro de três dias de volta à Luanda ou, de preferência, em direção às regiões fora de controle português.

De acordo com o relato de Douville, ele teria atravessado o Cuango na primeira metade de julho e lá permaneceria até abril de 1830. As cartas sobre sua atuação em Pungo Andongo provam, no entanto, que ele permaneceu nesse presídio até 2 de outubro de 1829 e que havia se tornado sócio de Candido de Almeida Sandoval em algum tipo de atividade clandestina. Sandoval estivera na prisão em Pungo Andongo várias vezes e tinha conseguido fugir em todas elas, sendo que, em algumas, tivera a ajuda de seu amigo francês (MILLER, 1973: 151-152). É interessante notar que nem o apoio de Sandoval, que tinha relações em Pungo Andongo, foi suficiente para permitir a Douville fazer a viagem que pretendia. A oposição do governador e do regente de Pungo Andongo de fato limitaram a sua circulação, retendo-o em Pungo Andongo, obrigando-o a retornar a Luanda pelo Cuanza a partir de Cambambe e a inventar a viagem não realizada a Norte e a Leste do Reino de Angola português.

Para que a própria inabilidade de Douville de se desvencilhar dos tentáculos da malha administrativa portuguesa não parecesse uma incompetência gritante, ele precisava, em algumas passagens, reforçar o alcance de tal poder. Mas, em outras passagens, o que transparece é a autonomia dos poderes locais e das próprias pessoas comuns:

Ele [o negro] pode, ao ouvir a chegada de alguns soldados da regência, esconder-se nos campos que o cercam; além disso, os soldados sempre serão negros, tendo, tanto quanto ele, ódio aos brancos. Raramente eles [os soldados] empregam os meios necessários para prendê-lo [o negro]. Será muito difícil

para o regente obter um número suficiente de soldados de milícia para serem obedecidos, supondo que todos cumprissem seu dever, já que hoje ele não pode contar nem mesmo com uma companhia de cinquenta homens (DOUVILLE, 1832a: 315-316, tradução nossa).¹⁷

O excerto entra em franca contradição com os trechos transcritos anteriormente em que Douville reitera a submissão dos sobas. Se o regente não consegue fazer prender um criminoso, não tem como obter soldados, e, quando os obtém, é odiado por eles, que partilham esse ódio com aqueles que devem capturar, como é que os regentes têm poder suficiente para submeter os sobas, que têm um exército de empacasseiros a seu serviço? Ou seja, há alguma coisa que Douville não está entendendo.

Douville parece dar argumentos para sustentar a nossa teoria de que os sobas conservavam grande parte de sua autoridade, mas que as autoridades administrativas euro-africanas do Reino de Angola tinham também a sua parcela de poder. Parece ter se tratado de uma espécie de divisão de competências, em que os portugueses tinham jurisdição sobre questões ligadas ao comércio atlântico. É por isso que, de acordo com Douville, os sobas permitiam que as festas religiosas fossem celebradas porque elas sempre davam origem a disputas que obrigavam os negros a recorrerem a eles como juízes supremos (DOUVILLE, 1832a: 171). Tratando do *Monenbengo*, nobre que governava uma grande cidade formalmente integrante do distrito da Barra do Bengo, explica Douville:

Os Macotas, submetidos aos portugueses, pagam ao governo o imposto pelos súditos e fornecem-lhe os homens de trabalho que este lhes pede. Além disso, *exercem livremente sua autoridade sobre seus subordinados e julgam suas diferenças*; mas eles podem sempre apelar em último recurso das suas decisões ao regente da província ou distrito. Além disso, *estes macotas são altamente respeitados pelos seus súditos* (DOUVILLE, 1832a: 67, grifos nossos, tradução nossa).¹⁸

¹⁷ No original: “Il [le nègre] peut, à la nouvelle de l’arrivée de quelques soldats de la régence, se cacher dans les champs qui l’entourent; d’ailleurs, les soldats seront toujours des nègres ayant autant que lui de la haine pour les blancs. Rarement ils emploient les moyens nécessaires pour le prendre. Il sera très difficile au régent de se procurer un nombre suffisant de soldats de milice pour se faire obéir, en supposant que chacun fit son devoir, puisque aujourd’hui il ne peut compter même une compagnie de cinquante hommes”.

¹⁸ No original: “Ces macotas soumis aux Portugais, paient à ce gouvernement l’impôt pour leurs sujets et lui fournissent les hommes de corvée qu’il leur demande. Du reste, ils exercent librement leur autorité sur leur subordonnés, et jugent leurs différends;

Os sobas eram contatos fundamentais para o comércio de escravos no interior, desfrutavam de considerável autonomia com relação aos capitães-mores dos presídios e a outras autoridades portuguesas. Detinham ainda poder jurisdicional, assim como seus macotas, resolvendo conflitos judiciais, mas podendo recorrer ao regente, capitão-mor, ouvidor ou governador em questões relacionadas ao comércio atlântico.

As chefias autóctones com frequência se rebelavam, rechaçando a presença portuguesa e atrapalhando o comércio nos sertões, como aconteceu com os sobas de Quissama, que em 1580, no governo de Paulo Dias de Novaes, tentaram impedir a passagem de uma expedição portuguesa ao Rio Cuanza (CARVALHO, 2013). Couto afirma que, no primeiro quartel do século XVIII, o presídio da Muxima “viu-se constantemente ameaçado pelo gentio da Quiçama” (COUTO, 1972: 103). Em algumas situações, a rebeldia podia se dar não pelo total rompimento com a monarquia lusa, mas por uma mudança unilateral de jurisdição dentro das áreas sob seu controle formal. Foi o que ocorreu em Golungo em 1804. No mapa daquele ano, Joze Diogo Roiz Ferreira, *Capitão-Mor de Campo e Reino e Regente*, enumerou no mapa estatístico 104 sobas vassalos e três sobas rebeldes. Na observação explicou que os rebeldes não deixavam de se considerar vassalos do rei de Portugal, mas que haviam decidido que não mais pertenciam à jurisdição do Golungo, mas à de Massangano (AHU, Angola, 1ª Secção, Cx. 112, Doc. 47). Carvalho e Guedes encontraram situações semelhantes estudando os sobas vassalos e rebeldes dos Presídios de Massangano e Muxima no final do século XVIII e salientam que a condição de vassalagem ou rebeldia dos sobas é transitória. Como em Golungo, em Massangano e Muxima alguns sobas eram vassalos e tinham “praça no livro de assento dos autos de vassalagem”, mas depois se rebelaram e se tornaram inimigos da monarquia lusa (CARVALHO; GUEDES, 2014: 145).

A manutenção de boas relações com os sobas era fundamental para a estabilidade dos fluxos comerciais e, em última instância, para o abastecimento de mão de obra dos empreendimentos agrícolas e mineradores do Brasil. A inimizade de um soba representava um retrocesso e acarretava a interrupção de rotas comerciais estabelecidas, agravamento da já difícil tarefa de conseguir carregadores, além de perda de apoio militar

mais ceux-ci peuvent toujours appeler en dernier ressort de leurs décisions, au régent de la province ou du district. D'ailleurs, ces macotas sont très respectés par leurs sujets”.

muitas vezes necessário. Uma das principais causas do rompimento das relações amigáveis com sobas avassalados derivava da escravização de seus súditos, que representava uma violação da principal obrigação assumida pelos portugueses no momento de celebração dos autos de vassalagem.

5. Considerações finais

Neste artigo, almejamos refletir sobre a organização geopolítica Reino de Angola no século XIX. Como relatos de viajantes e cronistas são as principais fontes utilizadas, iniciamos fazendo uma rápida reflexão teórico-metodológica a respeito da utilização desse tipo de documentação na pesquisa histórica. Tomamos por parâmetro as reflexões de Pratt, que pensa o relato como um meio de acesso privilegiado às zonas de contato entre viajantes e visitados, sempre tendo por pano de fundo as relações assimétricas surgidas nos processos colonialistas, escravistas e imperialistas. Utilizando também as reflexões de Junqueira e Correa, pensamos as narrativas de viagem como textos híbridos, que fundam muitos gêneros literários, conjugando ficção e realidade e dialogando com vários textos de outra natureza. A partir dessa percepção, analisamos as principais características dos relatos de viagem utilizados neste artigo.

Passamos, na seção seguinte, a explicitar a nossa crítica à historiografia colonialista que considera Angola uma colônia portuguesa no período que se estende do século XVII ao XIX. Argumentamos, todavia, que também é perigoso cair no extremo oposto, menosprezando a influência dos portugueses e do comércio de escravos naquela época. O que propomos é pensar o Reino de Angola como um arquipélago, formado por ilhas interligadas pelo comércio e pela malha militar e administrativa, em um mar de estados autóctones independentes. Lembramos que o governador e os demais funcionários administrativos deste reino-arquipélago se relacionavam como representantes do Rei de Portugal com os detentores de poder local, que eram a eles hierarquicamente superiores. Embora Portugal tivesse pretensões colonialistas e afirmasse ter a propriedade de um território definido, a verdade é que as fronteiras de sua zona de influência eram indefinidas, tênues e mutáveis, o que era reconhecido mesmo pelos funcionários régios da época.

Era via presídios e feiras que se davam as relações entre as autoridades administrativas do Reino de Angola e os sobas.

Essas relações tomaram a forma de instituições feudo-vassálicas, que significavam que os sobas conservavam sua soberania, a titularidade sobre as terras do sobado e suas atribuições jurídico-administrativas, mas que celebravam com o Rei de Portugal um acordo formado por obrigações e direitos recíprocos. Ao Rei de Portugal cumpria garantir a não escravização do soba avassalado e de seus súditos e fornecer apoio militar. Ao soba cabia pagar tributos, fornecer carregadores e também apoio militar. Catarina Madeira Santos mostrou que as relações de vassalagem, originalmente trazidas pelos portugueses, acabaram por receber importantes elementos das tradições de poder africanas e foram introjetadas, sendo utilizadas como uma forma de legitimação dos detentores de poder locais em suas relações uns com os outros. Mostramos como os viajantes tiveram dificuldade em decifrar essas complexas relações entre a administração do Reino de Angola e os potentados locais. Isso os levava a se contradizerem, ora afirmando a subjugação completa do soba, ora a sua total autonomia. Acreditamos que essas contradições nas percepções dos viajantes ocorriam porque havia uma contradição real: os sobas conservavam muito de seu poder, mas a administração tinha também alguma eficácia nos assuntos que se relacionavam ao comércio de escravos.

REFERÊNCIAS

1 Fontes Manuscritas

Arquivo Histórico Ultramarino – AHU (Lisboa, Portugal)

AHU, Angola, 1ª Secção, Cx. 112, Docs. 47 e 52. Mapas de População de 1804, Angola. 1º de Janeiro de 1805.

2 Fontes secundárias

CALDEIRA, Carlos José. *Apontamento d'uma viagem de Lisboa à China e da China a Lisboa*. Lisboa: Typographia de G. M. Martins, 1852.

CADORNEGA, A. *História geral das guerras angolanas*. Lisboa: Agência-Geral do Ultramar, 1972.

CASTELLOBRANCO E TORRES, João Carlos Feo Cardozo de. *Memórias contendo a biographia do Vice Almirante Luiz da Motta Feo e Torres: a historia dos governadores e capitaens generaes de Angola, desde 1575 até 1825, e a descripção geographica e politica dos Reinos de Angola e de Benguella*. Offerecidas a S. M. Fma, O Senhor D. João VI. Paris: Fantin, Livreiro, 1825.

DOUVILLE, Jean-Baptiste. *Voyage au Congo et dans l'intérieur de l'Afrique équinoxiale*: fait dans les années 1828, 1829 et 1830. Paris: Jules Renouard, 1832a. 3 t. (referente a 1828)

DOUVILLE, Jean-Baptiste. *Ma Défense ou Réponse à l'Anonyme Anglais du Foreign Quarterly Review sur le Voyage du Congo*. Paris: [s.n.], 1832b.

DOUVILLE, Jean-Baptiste. *Trente mois de ma vie, quinze mois avant et quinze mois après mon voyage au Congo, ou justification des infamies débitées contre moi*. Paris: [s.n.], 1833.

GAMA, Antonio de Saldanha da. *Memória sobre as colonias de Portugal situadas na costa occidental d'África (1814)*. Paris: Typographia de Casimir, 1839.

LOPES DE LIMA, Joaquim José. *Ensaio sobre a Estatística das Possessões Portuguezas*, Livro III. Lisboa: Imprensa Nacional, 1846.

MATOS, Brigadeiro Raimundo José da Cunha. *Compêndio histórico das possessões de Portugal em África, escrito entre 1833 e 1839*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores; Arquivo Nacional, 1963.

MENEZES, Joaquim Antonio de Carvalho e. *Memória geográfica e política das possessões portuguezas n'África Occidental, que diz respeito aos Reinos de Angola, Benguela, e suas dependências*. Origem de sua decadencia, e atrazamento, suas conhecidas produções, e os meios que se devem aplicar para o seu melhoramento, de que deve resultar mui grandes vantagens a monarquia. Lisboa: Typographia Carvalhense, 1834.

3 Dicionários e obras de referência

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Na Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/3/>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

SILVA, Antonio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. v. 1. p. 460. Disponível em: <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/2/>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

4 Referências

BIRMINGHAM, David. *The Portuguese Conquest of Angola*. London, New York: Oxford University Press, 1965.

BIRMINGHAM, David. *Trade and Conflict in Angola: The Mbundu and their Neighbours under the Influence of the Portuguese, 1483-1790*. London: Carendon Press, Oxford University Press, 1966.

BORM, Jam, *Defining Travel: On the Travel Book, Travel Writing and Terminology*. In: YOUNGS, Tim; HOPPER, Glenn (Ed.). *Perspectives on Travel Writing*. London: Ashgate, 2004. p. 13-26.

CÂNDIDO, Marina P. *Enslaving Frontiers: Slavery, Trade and Identity in Benguela, 1780-1850*. York University, Toronto, Canadá. Tese de Doutorado, 2006.

CÂNDIDO, Mariana P. *An African slaving port and the Atlantic world: Benguela and its hinterland*. African Studies. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

CÂNDIDO, Mariana P. Conquest, occupation, colonialism and exclusion: land disputes in Angola. In: SERRÃO, José Vicente *et al* (Ed.). *Property rights, land and territory in the European Overseas Empires*. CEHC/ISCTE-IUL: Lisboa, 2014. p. 223-234.

CARVALHO, Ariane; GUEDES, R. Piedade, sobas e homens de cores honestas nas Notícias do Presídio de Massangano, 1797. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi *et al* (Org.). *Mobilidade social e formação de hierarquias: subsídios para a história da população*. São Leopoldo: Oikos, Editora Unisinos, 2014. v. 3. p. 129-171.

CARVALHO, Flávia Maria. *Os homens do rei em Angola: sobas, governadores e capitães mores, séculos XVII e XVIII*. 2013. 285 f. Tese (Doutorado em História) Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

CORRÊA, Carolina Perpétuo. *Cambambe, Angola, no contexto do comércio atlântico de escravizados (1790-1850)*. 339 f. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Evidências de história nos relatos de viajantes sobre a África Pré-Colonial. *Aedos: Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS*, v. 1, n. 1, p. 11-21, 2008.

COUTO, Carlos. *Os Capitães Mores em Angola no século XVIII*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola, 1972.

CURTO, José C. The Angolan manuscript collection of the Arquivo Histórico Ultramarino; Lisbon: toward a working guide. *History in Africa*, v. 15, p. 163-189, 1988.

CURTO, José C. The Anatomy of a Demographic Explosion: Luanda, 1844-1850; *The International Journal of African Historical Studies*, v. 32, n. 2-3, p. 381-405, 1999.

CURTO, José C.; GERVAIS, Raymond R. The Population History of Luanda during the Late Atlantic Slave Trade, 1781-1844. *African Economic History*, v. 29, p. 1-59, 2001.

DOMINGUES DA SILVA, Daniel B. The early population charts of Portuguese Angola, 1776-1830: a preliminary assessment. *Anais de História de Além-Mar*, v. 16, p. 107-124, 2015.

- DOMINGUES DA SILVA, Daniel. *The Atlantic Slave Trade from West Central Africa, 1780-1867*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.
- FERREIRA, Roquinaldo. *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World: Angola e Brazil during the Era of the Slave Trade*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.
- JUNQUEIRA, Mary Anne. Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena (Org.). *Cadernos de Seminário de Pesquisa*. São Paulo: FFLCH/USP; Humanitas, 2011. v. 2. p. 44-61.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Concelhos e organização municipal na época moderna: Miunças 1*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.
- MATOS, Paulo Teodoro de; VOS, Jelmer. Demografia e relações de trabalho em Angola c.1800: um ensaio metodológico. *Diálogos*, Maringá, Universidade Estadual de Maringá, v. 17, n. 3, p. 807-834, set.-dez. 2013.
- MILLER, Joseph C. Note sur J.-B. Douville. *Cahier d'Études Africaines*, v. 13, n. 49, p. 150-153, 1973. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/cea_0008-0055_1973_num_13_49_2730>. Acesso em: 24 ago. 2018.
- MILLER, Joseph. *Way of death: merchant capitalism and the Angola slave trade, 1730-1830*. Madison: University of Wisconsin Press, 1988.
- MILLER, Joseph C. *Poder político e parentesco: os antigos estados mbundu em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico Nacional, Ministério da Cultura, 1995.
- MILLER, Joseph C.; THORNTON, John K. The Chronicle as Source, History, and Hagiography: The Catálogo dos Governadores de Angola. In: PAIDEUMA: Mitteilungen zur Kulturkunde – European Sources for Sub-Saharan Africa Before 1900: Use and Abuse. Frankfurt: Frobenius Institute, 1987. v. 33. p. 359-389.
- PRATT, Mary Louise. Introdução: crítica na zona de contato. In: _____. *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 23-38.
- ROBERTS, A. D. Review: Joseph C. Miller: *Kings and kinsmen: early Mbundu states in Angola*. (Oxford Studies in African Affairs.) xx, 312 pp. Oxford: Clarendon Press, 1976. *Bulletin of the School of Oriental and African Studies*, v. 40, Issue 2, p. 438-439, June 1977.
- SANTOS, Catarina Madeira. Escrever o poder: os autos de vassalagem e a vulgarização da escrita entre as elites africanas Ndembu. *Revista de História*, n. 155, p. 81-95, 2006.
- SANTOS, Maria Emília Madeira. Em busca dos sítios do poder na África Centro-Occidental. Homens e caminhos, exércitos e estradas (1483-1915). *International Symposium Angola on the Move: Transports, Routes, Communications and History*. Berlim, 2003. Disponível em: <https://www.zmo.de/angola/Papers/Maria_Santos%20_5-7-2006_.pdf>. Acesso em: 13 out. 2018.

SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

STAMM, Anne. Jean-Baptiste Douville: Voyage au Congo, 1829-1830. *Cahier d'Études Africaine*, n. 37, p. 5-39, 1970.

THOMPSON, Estevam. Fontes coloniais para uma história pré-colonial de Benguela, séculos XVII a XIX. *Africana Studia*: Edição do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, n. 25, p. 33-69, 2015.

THOMPSON, Estevam. Fontes coloniais para uma história pré-colonial de Benguela, séculos XVII a XIX. *Africana Studia*: Edição do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, n. 25, p. 33-69, 2015.

VANSINA, Jan. It never happened: Kinguri's exodus and its consequences. *History in Africa*, v. 25, p. 387-403, 1998.

VERGER, Pierre. Jean-Batiste Douville, naturaliste calomnié ou imposteur démasqué? *Afro-Ásia*, n. 2, p. 91-108, 1976.

WANDERLEY, Regina Maria Martins Pereira. Inventário Analítico da Documentação Colonial Portuguesa na África, Ásia e Oceania Integrante do Acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – R IHGB*, Rio de Janeiro, 166 (427): 27-460, abr/jun, 2005.

YOUNGS, Tim; HULME, Peter. *The Cambridge Companion to Travel Writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

YOUNGS, Tim; HOPPER, Glenn. *Perspectives on Travel Writing*. London: Ashgate, 2004.

Recebido em 15/12/2019

Aprovado em 23/12/2019